

Trabalho e Consumo no Século XXI

Luccas Assis Atílio¹

Resumo: Esse artigo analisa a evolução do trabalho e do consumo ao longo dos anos. Realizamos esse objetivo de três formas. Inicialmente utilizamos revisão de literatura. Posteriormente a análise ocorre por meio de dados. Por fim, mostramos que a construção dos modelos de crescimento econômico reforça o padrão da busca constante por maior consumo enquanto denotando que é principalmente através dessa variável que podemos obter maior satisfação. Nossas conclusões sugerem que a maximização do consumo tende a enfraquecer as relações sociais e a reproduzir uma sociedade cada vez mais individualista, que concede maior importância ao valor de troca em detrimento do valor de uso das mercadorias.

Palavras-chave: Consumo. Trabalho. Relações sociais. Consumismo.

Abstract: This article analyzes the evolution of work and consumption over the years. We accomplish this goal in three ways. Initially, we used literature review. Subsequently the analysis takes place through data. Finally, we show that the construction of economic growth models reinforces the pattern of the constant search for greater consumption while denoting that it is mainly through this variable that we can obtain greater satisfaction. Our conclusions suggest that maximizing consumption tends to weaken social relations and to reproduce an increasingly individualistic society, which provides greater importance to the exchange value rather than the use value of commodities.

Keywords: Consumption. Work. Social relations. Consumerism.

1. Introdução

Autores como Harvey (2016), Bauman (2008) e Gorz (1983) defendem que o modo de produção capitalista modificou o trabalho e o consumo. Com o capitalismo, os trabalhadores se tornaram mercadorias, e o consumo é incentivado constantemente. Sobre o consumo, o termo utilizado para designar uma sociedade que busca ininterruptamente a satisfação por meio do consumo e, ao mesmo tempo, a encontra somente temporariamente, o que exige novamente mais consumo, é o consumismo (Bauman, 2008).

O consumismo é uma característica do capitalismo contemporâneo, fator fundamental para propiciar crescimento econômico ilimitado (Gorz, 1983). O crescente nível de produção tem de ser absorvido por uma crescente demanda por consumo, e assim o consumismo auxilia a reprodução do capitalismo. Entretanto, o consumismo tem efeitos

¹ Professor assistente de economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Luccas.ufop@gmail.com

negativos como maior poluição, deterioração das relações sociais e o aprofundamento do individualismo (Bauman, 2008).

Desse modo, nosso objetivo nesse artigo é investigar os fatores que habilitam e reproduzem a prática do consumismo; compreender o papel de variáveis relevantes que sustentam o crescente nível de consumo. Posteriormente, e focando nos formuladores de políticas públicas, queremos elucidar como a busca de maior consumo é defendida por meio do instrumental da Ciência Econômica.

Para atingir esse objetivo, utilizaremos três formas de abordagem. A primeira é por meio da literatura concernente ao tema trabalho e consumo. A segunda é uma análise quantitativa que investigará variáveis consideradas fundamentais – citadas pela literatura – para explicar o consumo ilimitado. Nesse ponto, poderemos fortalecer a argumentação realizada na revisão de literatura. Por fim, a terceira abordagem descreverá a evolução dos principais modelos de crescimento econômico utilizados pela Ciência Econômica *mainstream*.

Nossos resultados mostram que há uma simetria entre o que é defendido pela literatura e o comportamento de determinadas variáveis. Em particular, maior nível de crédito é relacionado com maior nível de consumo, permitindo, desse modo, o aumento do consumo para famílias de baixa remuneração e desempregadas. Conseqüentemente, a elevação do endividamento se mostra como um dos efeitos perniciosos do consumo. Esse endividamento é realizado junto ao setor financeiro, o que faz com que este extraia mais-valia da população. Demais conseqüências nocivas do consumismo são o aumento da poluição do planeta e o enfraquecimento das relações sociais. Temos uma sociedade mais individualista e pouco solidária, fazendo com que o Estado aumente o seu gasto para mitigar esses danos – consubstanciando e justificando o Estado-providência.

Justifica-se esse trabalho em meio ao ambiente de crise da economia brasileira. Temos um problema na sociedade em que estamos criando e reproduzindo. A percepção de que é o consumo o elemento principal para nossa satisfação tende a aumentar o individualismo, a enfraquecer as relações sociais e a fragmentar o lado humanitário da população. Essas conseqüências são negligenciadas e/ou consideradas pouco relevantes pelo debate nacional.

O artigo está dividido em quatro seções além dessa introdução. A seção 2 descreve as metamorfoses do trabalho e do consumo ao longo dos anos, enfatizando a segunda variável. É nessa seção que conceituaremos o termo consumismo; a seção 3 utiliza dados para ilustrar variáveis que habilitam um maior nível de consumo, bem como variáveis que

retratam as consequências dessa prática. Ao mesmo tempo, essa seção reforçará os argumentos elaborados na seção 2; a seção 4 explora a evolução dos principais modelos de crescimento econômico. Explicitaremos suas pressuposições fundamentais para nosso interesse; a seção 5 realiza considerações finais.

2. Trabalho e consumo

Essa seção descreverá o desenvolvimento do trabalho e do consumo ao longo do tempo, enfatizando transformações acarretadas pelo modo de produção capitalista. Nossa intenção não é pormenorizar, mas tão somente situar brevemente algumas metamorfoses sofridas pela sociedade. Nos concentraremos no eixo econômico-social, mesmo sabendo das limitações desse tipo de abordagem, uma vez que as relações sociais abrangem outras esferas.

Na obra de Polanyi (2000), o autor analisa as transformações que a sociedade sofreu em decorrência da implementação da economia de mercado livre. Os alicerces desse processo - criação de mercado de trabalho competitivo, estabelecimento do câmbio baseado no padrão-ouro automático e abertura dos mercados, isto é, livre comércio - são explicitados enquanto tidos como fundamentais para atingir o objetivo de uma economia auto reguladora, a qual guiaria o processo de decisão das famílias. Polanyi explora o efeito dessa grande transformação sobre os trabalhadores, concluindo que um risco iminente de desintegração das relações sociais era latente, embora, felizmente, tenha sido amenizado por movimentos contrários, como programas públicos de assistência social e legislações trabalhistas.

Polanyi (2000) aponta que previamente ao surgimento do capitalismo os indivíduos, em geral, trabalhavam para possuírem o suficiente, as relações sociais se baseavam na reciprocidade e a regra em relação aos produtos era a redistribuição. É o chamado trabalhador tradicional: termo utilizado por Weber (2004) para distinguir esse tipo de motivação do indivíduo em relação ao *homo economicus* que se tornaria predominante posteriormente. Nas palavras de Weber (2004, p. 53), o trabalhador tradicional é aquele que “não quer por natureza ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto.” Doravante, sempre que utilizarmos o termo tradicional em relação ao trabalhador, estaremos nos referindo a essa definição.

Com a criação do mercado de trabalho – pilar fundamental para o surgimento e solidificação do capitalismo –, o trabalho se modifica: a mão de obra se torna uma mercadoria (Polanyi, 2000). Todavia, por definição, a mão de obra não é uma mercadoria (Polanyi, 2000, p. 94):

Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada.

Essa transformação representa um novo cenário para os trabalhadores. Estes agora devem ir ao mercado ofertarem a sua força de trabalho (Marx, 1968). Em contrapartida, capitalistas demandam essa mão de obra. E assim forma-se o mercado de trabalho com as ferramentas oferta e demanda. Porém, assinala Marx (1968, p. 265), “[e]ntre direitos iguais e opostos decide a força².” Os desdobramentos dessa alteração mostrariam a força dessa assertiva, com um lado detendo os meios de produção e o aparato jurídico-legislativo, enquanto a outra parte era desprovida de organização (Polanyi, 2000). O mercado de trabalho representaria o agravamento da luta de classes entre trabalhadores e empresários. É a desintegração da sociedade que Polanyi (2000) se referiu em sua obra.

Em relação ao trabalhador tradicional, essa transformação representou uma ruptura no seu modo de viver (Polanyi, 2000). Não obstante o fato deste ter de se deslocar até o mercado para vender o seu trabalho, ele teria de racionalizar o seu trabalho mediante o recebimento de um salário. Polanyi (2000) descreve a dificuldade da implementação da cultura do trabalho remunerado sobre os nativos, os quais baseavam suas vidas na satisfação, e não na maximização da renda.

Antes de avançarmos, vale dizer que há uma controvérsia nesse ponto. Enquanto Polanyi (2000) interpreta o ser humano como trabalhador tradicional, outros autores, como é o caso de Veblen (1965) e Weber (2004), são céticos a esse ponto. No caso do primeiro, ele coloca o surgimento da instituição propriedade como o ponto de inflexão do comportamento tradicional para o comportamento acumulador de bens e riqueza. Assim, o desejo de maximizar a riqueza estaria presente no ser humano há muitos anos, mesmo antes do capitalismo e do feudalismo. No caso de Weber (2004, p. 50 e 51), este aponta que mesmo o trabalhador tradicional visava acumular sempre mais riqueza:

² Importante assinalar que essa citação se refere, originalmente, à luta de classes, isto é, entre os interesses do capital e do trabalho. Aqui a adaptamos juntamente com os conceitos de oferta e demanda de trabalho, embora sem perda do sentido original, uma vez que são os trabalhadores quem ofertam trabalho, e os capitalistas quem demandam trabalho.

O ganho desbragado, sem vínculo interno com norma nenhuma, sempre existiu em todos os períodos da história, onde quer e como quer que de fato fosse possível (...). O absoluto e consciente desregramento da ânsia de ganhar andou de braços dados muitas vezes com o mais estrito apego aos laços tradicionais.

Independentemente dessa ressalva, o ponto de interesse é que o mercado de trabalho operou transformações nas relações sociais. Marx (1968) utilizou o termo fetiche da mercadoria para ilustrar a relação social imanente nas mercadorias. O mercado de bens e serviços era o local onde os indivíduos se socializavam, ainda que de forma superficial. Analogamente, ao tratar o trabalhador como mercadoria, outro local de relação social era o ambiente de trabalho, e da mesma forma que as mercadorias, caracterizado por ser superficial.

Ocorre, portanto, um enfraquecimento das relações sociais em meio à consolidação do capitalismo como modo de produção e regulação. Conquanto Veblen (1965) e Weber (2004) façam ressalvas quanto ao comportamento do trabalhador tradicional, o capitalismo representa o esfacelamento das relações sociais. O trabalho de Gorz (1983) elucida esse ponto.

Gorz (1983) investiga o que ocasionou a reversão nas relações de trabalho, qual mudança ativou o desejo de trabalhar mais para auferir maior renda, sendo que, no passado, o trabalho tradicional predominava. Gorz cita Max Weber para explicar essa transição, utilizando o conceito de “espírito capitalista” em um primeiro momento para depois moldá-lo em racionalidade econômica.

Weber (2004) assinala que o espírito capitalista³ propiciou a difusão do capitalismo em determinados países, apoiado pelo protestantismo, que teve a função de normatizar a conduta de seus seguidores, defendendo um comportamento frugal e laborioso ao mesmo tempo; não deixando de mencionar o estabelecimento da profissão como um dever para o ser humano. A consequência foi a formação de uma conduta favorável ao capitalismo, na medida em que esta exigia mais trabalho, mais poupança e dedicação ao trabalho⁴.

A racionalidade econômica é o comportamento maximizador de lucro, que tem o tempo como elemento fundamental para tomar as suas decisões, que busca constantemente

³ Weber (2004) descarta o materialismo para explicar a difusão do capitalismo, enfatizando, por sua vez, fatores psicológicos-sociológicos. Não concordamos com essa separação. Como Marx (1968) descreveu em sua obra, o fator material, a riqueza tangível e a acumulação irrestrita de capital motivaram amplamente práticas de obter lucro pelo lucro, portanto, o materialismo importa para explicar o enraizamento do capitalismo.

⁴ Citamos Weber (2004) apenas para elucidar o conceito de “espírito capitalista”, sem, no entanto, defender que foi essa a razão principal para a propagação do capitalismo.

a eficiência produtiva (Gorz, 1983). Não somente o trabalho foi alterado pela racionalidade econômica, mas também o consumo (Gorz, 1983, p. 31):

A racionalização econômica do trabalho venceu, portanto, a resistência das antigas ideias de liberdade e de autonomia existenciais. Fez nascer o indivíduo que, alienado em seu trabalho, também o será, obrigatoriamente, em seu consumo e, finalmente, em suas necessidades. Porque não há limite à quantidade de dinheiro suscetível de ser ganho e gasto, também não haverá limite às necessidades que o dinheiro cria, nem às necessidades de dinheiro.

O consumo deixará de ser realizado para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos. Será um componente para compensar uma vida vazia e pouco socializada (Gorz, 1983, p. 53):

O indivíduo socializado pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo levado a desejar “ser ele mesmo” distinguindo-se dos outros e que, canalizado socialmente ao consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, a condição comum.

Já dissemos que no capitalismo as relações sociais ocorrem nas transações de mercadorias (fetichismo da mercadoria) e nos locais de trabalho, e que, por definição, esses eixos não criam sentimento significativo de pertencimento. Não criam um indivíduo socializado no sentido humanitário, preocupado com a coletividade. Agora temos a adição do consumidor individualista, que tenta se diferenciar da população e compensar o desprazer do trabalho (Gorz, 1983). É a “degradação do ser para o ter” (Debord, 1994, p. 18).

Essa individualização da vida do indivíduo tende a separar sua responsabilidade com a coletividade. O trabalhador contemporâneo acredita no esforço individual para obter sucesso (Gorz, 1983). Nas palavras de Harvey (2016, p. 181), “[o capital promove] um consumismo alienado e formas individualistas de vida que conduzem a nada menos do que uma cobiça egoísta, grosseira e competitiva”.

Para mitigar o efeito deletério da degradação das relações sociais, Gorz (1983, p. 132) aponta que o Estado de Bem Estar Social, chamado por este de Estado-providência, veio suprir a lacuna deixada pelo capitalismo:

O Estado-providência não veio sufocar a sociedade e entravar o desenvolvimento espontâneo da racionalidade econômica; ele nasceu desse desenvolvimento, como um substituto às solidariedades sociais e familiares que a extensão das relações mercantis dissolvera e como um marco necessário para impedir o desastre coletivo da economia de mercado.

Embora criticado por alguns pensadores, como é o caso de Hayek (1983) e Friedman (2014), o Estado cumpre funções fundamentais: socorrer desempregados, indivíduos sem renda para obter serviços de saúde e pessoas na faixa de renda classificada como extremamente pobres. O Estado, de acordo com Gorz (1983), é um instrumento para manter a sociedade.

Desse modo, podemos demarcar o período no qual o Estado-providência é estabelecido. De acordo com Hobsbawn (1995), é após a Segunda Guerra Mundial que o governo direcionaria verbas públicas para atender a população. As motivações seriam o temor das consequências de elevado desemprego, a sustentação da demanda agregada e a criação de um Estado paternalista para fazer frente ao crescimento do socialismo, em especial, à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Podemos acrescentar, dada as considerações de Gorz (1983), o fator coesão da sociedade.

É também a partir da década de 40 que o consumo passa a receber maior ênfase pela economia de mercado para sustentar a demanda agregada e gerar maior crescimento econômico (Hobsbawn, 1995). Entre os anos 1950 e 1970, período cunhado de “era de ouro do capitalismo” (Hobsbawn, 1995), a produção em massa encontraria um crescente consumo que absorveria o excedente produzido. Concomitantemente, o Estado auxiliaria o aumento do consumo enquanto fornecendo renda para a população (Hobsbawn, 1995).

Para os propósitos desse artigo, é importante nos atermos a esse período. Esse contexto aprofunda o consumismo. Nas palavras de Bauman (2008, p. 44, ênfase no texto original), “o consumismo (...) associa a felicidade não tanto à **satisfação** de necessidades, mas a um **volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes**, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-los.”

O consumismo alimenta a característica do ser humano pela propensão ao consumo conspícuo (Veblen, 1965). Em sua obra, Veblen (1965) chama o consumo ostensivo, o consumo para se exibir, ganhar prestígio e se diferenciar dos demais, de consumo conspícuo. Esse é um consumo realizado devido à “comparação odiosa” entre os indivíduos, baseada no “processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor” (Veblen, 1965, p. 246). De acordo com o autor, teríamos uma “tendência (...) à ostentação” (Veblen, 1965, p. 93). Consequentemente, o consumo conspícuo atenderia a esses traços, pois é um “dispêndio em que se incorre na base de uma comparação pecuniária invejosa” (Veblen, 1965, p. 100).

Assim, nesse artigo defendemos que o consumismo impulsionou o consumo conspícuo. Embora o consumismo tenha outras motivações, como preencher uma vida vazia, compensar o desprazer do trabalho ou o próprio impulso de comprar, o desejo de se diferenciar de modo prestigioso não deveria ser negligenciado.

Outra característica do consumismo é a “desumanização sistemática de pessoas descartáveis” (Harvey, 2016, p. 269). Isso ocorre devido ao aprofundamento da mercantilização das pessoas (Bauman, 2008, p. 20, ênfase no texto original):

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável (...) A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a **transformação dos consumidores em mercadorias**.

Vale ressaltar que Marx (1968) e Polanyi (2000) já tinham chamado a atenção para esse ponto, algo que descrevemos no início dessa seção. Entretanto, o consumismo, de acordo com Bauman (2008), tem incrementado a mercantilização das pessoas. Atualmente, as redes sociais ilustram essa tendência, tanto por meio da facilidade de trocar as pessoas quanto pelo esforço das pessoas de terem uma identidade, de terem um valor reconhecido.

A sustentação da demanda agregada para viabilizar maior crescimento econômico é ajudada pelo consumismo, uma vez que esse incentiva o consumo desregrado (Harvey, 2016). Adicionalmente, o grau de alienação é incrementado, dada a separação entre as necessidades reais e artificiais, estas últimas criadas pela mídia para que possamos continuar comprando. Forma-se o sujeito individualista, pouco socializado e que busca no consumo um refúgio para os seus anseios (Harvey, 2016, p. 253):

O consumismo alienante é necessário pra resolver o dilema de uma demanda efetiva em queda, produzida pela contenção salarial e pelo desemprego induzido tecnologicamente na massa dos trabalhadores. Estes, mergulhados num mar de consumo cada vez mais ostensivo, veem-se tentando maximizar freneticamente sua renda, trabalhando cada vez mais para atender a necessidades artificialmente exacerbadas e manter-se no nível dos outros.

Como afirmado, o consumismo se torna a regra para os consumidores, amparado pela mídia com diversos comerciais incentivando compras (Debord, 1994). Ademais, as famílias tendem a aumentar o endividamento, pois dada a restrição orçamentária, é o crédito o instrumento que permitirá a continuação das compras (Bauman, 2008). O crédito também servirá para permitir a reprodução da acumulação de capital (Lapavitsas, 2011).

O setor financeiro passa a extrair mais-valor das famílias endividadas, ilustrando o fortalecimento da expropriação financeira (Lapavistas, 2009). Essa expropriação é fomentada pelo afastamento do Estado-providência da economia, processo iniciado, de um modo geral, nos anos 70 e 80, sob a égide dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. No caso do primeiro, Reagan e Volcker foram as peças centrais, tendo Thatcher como elemento central no segundo caso (Harvey, 2005).

Mas se o Estado sofre uma redução em sua participação na economia, e de acordo com Gorz (1983) ele era um instrumento para manter a coesão na sociedade, testemunhamos o fortalecimento de uma “ética egoísta e individualista de maximização dos lucros [, ancorada pelo enfraquecimento da] ajuda mútua como característica da vida social comum” (Harvey, 2016, p. 176 e 177).

Se antes da inflexão das políticas econômicas dos anos 70 e 80, o individualismo crescia como forma de organização da sociedade, com o neoliberalismo e a conseqüente redução do Estado-providência, esse processo é fortalecido (Harvey, 2005). Contextualizando com o trabalho e o consumo, temos o maior afastamento dos indivíduos dos interesses coletivos, e o consumo como forma de compensação (Harvey, 2016).

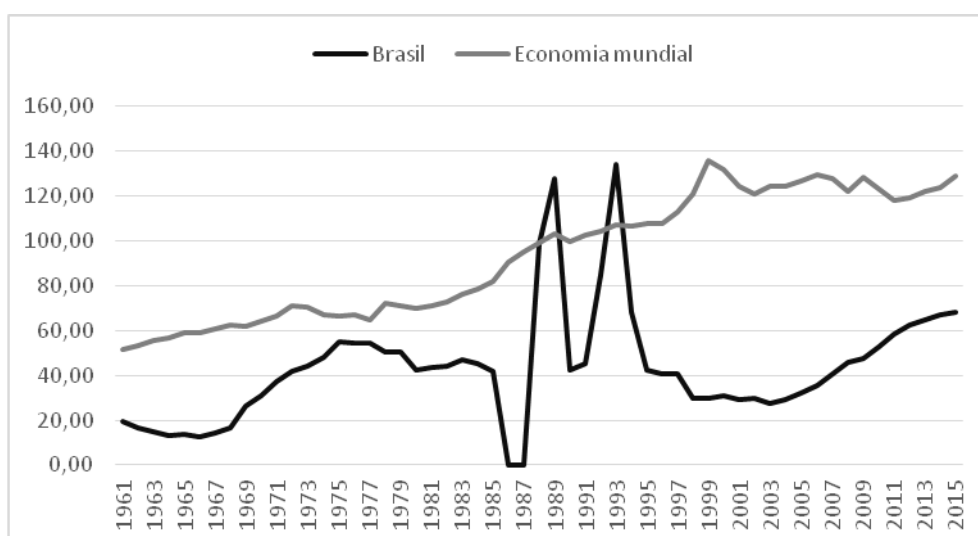
Finalizando a seção, nosso objetivo foi realizar uma breve exposição dos desdobramentos do trabalho e do consumo ao longo dos anos, enfatizando a segunda variável. Sabemos das limitações desse tipo de abordagem, uma vez que tal processo histórico exigiria um maior detalhamento e volume de páginas. Entretanto, a meta era ilustrar as metamorfoses do trabalho e do consumo para chegarmos ao consumismo e estarmos habilitados, desse modo, a realizar uma análise quantitativa desse conceito.

3. Análise quantitativa

Essa seção agrega dados a algumas das informações apresentadas na seção anterior. Analisaremos a economia mundial e o Brasil. Escolhemos a primeira para mostrar que a discussão realizada na seção 2 engloba não somente poucos países, mas, em geral, a totalidade do mundo, embora existam exceções. A economia brasileira é investigada para retratar problemas não apontados pela mídia ou, se apontados, são de forma superficial. O debate econômico centra-se somente em variáveis estritamente econômicas, como as contas fiscais e o crescimento econômico, não concedendo importância para outros problemas, como a deterioração das relações sociais, o consumismo e a poluição; pontos que serão analisados nessa seção.

O gráfico 1 retrata o volume de crédito doméstico fornecido para o setor privado em proporção com o PIB. Todos os objetos sob análise apresentaram avanço do crédito, ainda que o Brasil tenha oscilado durante os anos 80 e 90. A economia mundial saiu de 51,4% em 1961 para atingir 128,9% em 2015. O Brasil avança de 19,3% em 1961 para 67,9% em 2015. No caso brasileiro, o mercado de capitais pouco desenvolvido e problemas de estabilização na economia podem explicar esse baixo patamar (Belluzzo e Almeida, 2002; Sant'Anna, 2009). Todavia, o crédito tem se expandido ao longo dos anos.

Gráfico 1: Crédito/PIB (em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial <

<https://data.worldbank.org/indicator/FS.AST.PRVT.GD.ZS?view=chart>>.

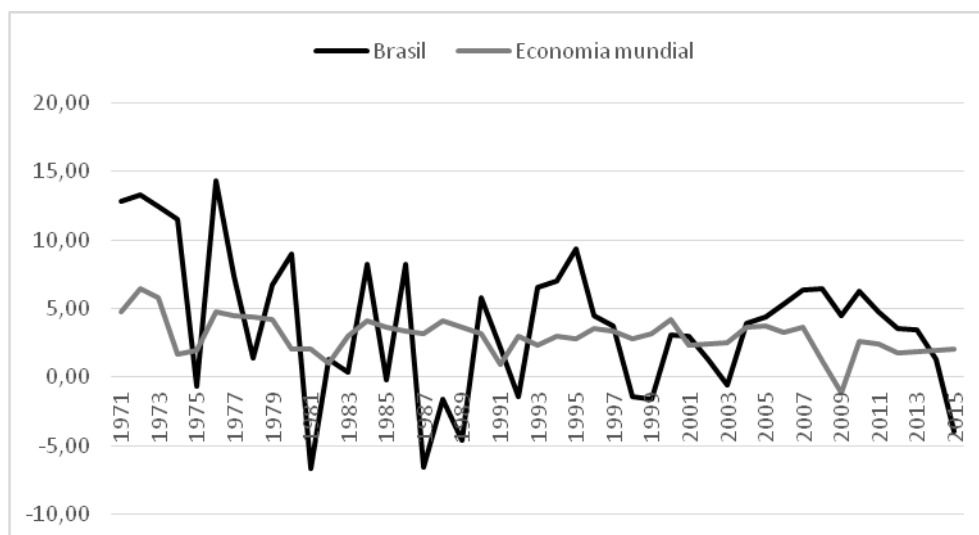
Segundo Bauman (2008), o crédito é uma forma de estimular e permitir o aumento do consumo, ainda que o salário dos trabalhadores seja insuficiente para adquirir determinados produtos. Recorre-se também ao parcelamento para conseguir realizar a compra.

O uso do crédito auxilia na sustentação da demanda agregada na medida em que permite o aumento do consumo sem depender do aumento de renda dos trabalhadores (Krugman, 2009). O aumento do endividamento das famílias termina por ser uma de suas consequências (Lapavitsas, 2009). Desse modo, o setor financeiro extrai renda da população, o que é a expropriação financeira, termo apresentado na seção 2. Ademais, permite a reprodução do capitalismo e o prosseguimento da acumulação de capital.

O gráfico 2 mostra que a expansão do crédito tem conseguido apoiar o contínuo crescimento real do consumo das famílias. Apesar das oscilações no comportamento dessa variável, na maioria dos anos ela apresentou valores positivos. Para corroborar essa

afirmação, basta ver que a média do crescimento do consumo real das famílias no Brasil foi de 3,9% ao ano e 3% ao ano na economia mundial.

Gráfico 2: Crescimento anual real do consumo das famílias (em porcentagem)



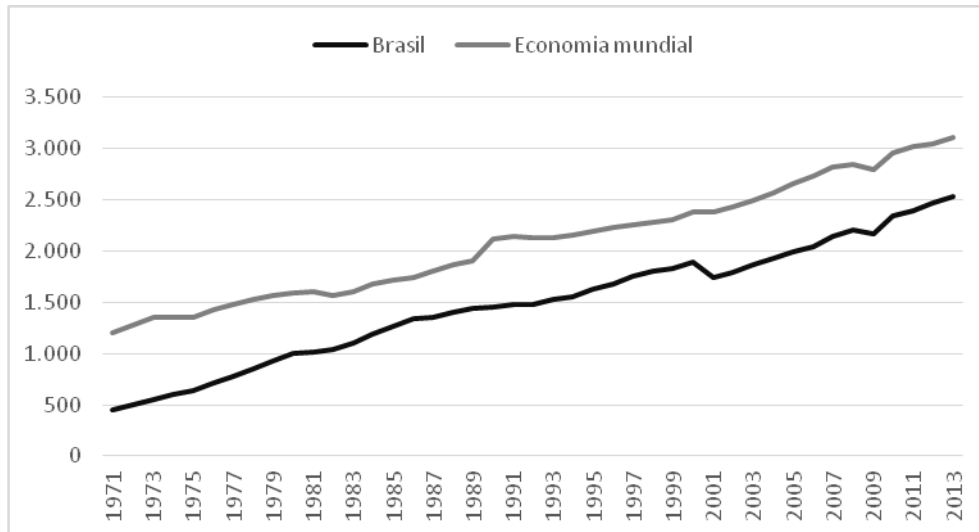
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial <

<https://data.worldbank.org/indicador/NE.CON.TETC.KD.ZG?view=chart>>.

Sabemos que parte desse crescimento no consumo é a incorporação de pessoas que viviam na faixa de pobreza e/ou a melhora no poder de compra de faixas de renda inferiores. É a ascensão social e econômica de agentes. Todavia, esses dados também incorporam o consumo conspícuo e supérfluo e o desperdício de produtos. Faz parte da missão de atingir crescimento econômico ilimitado estimular de forma ilimitada variáveis que ajudem a lograr esse fim (Harvey, 2016), no caso em particular, o estímulo contínuo ao consumo.

Outra forma de mostrar o crescimento contínuo do consumo é o dispêndio de energia elétrica. O gráfico 3 mostra o consumo de quilowatts per capita. Em todos os objetos analisados essa variável cresceu significativamente, com destaque para o Brasil, que tinha um consumo de energia per capita de 456 quilowatts em 1971 e atinge 2.529 em 2013. As mesmas ressalvas realizadas em relação ao gráfico 2 merecem ser levadas em consideração nesse gráfico (ascensão de pessoas na faixa da pobreza e/ou a melhora no padrão de vida de pessoas em faixas de renda inferiores).

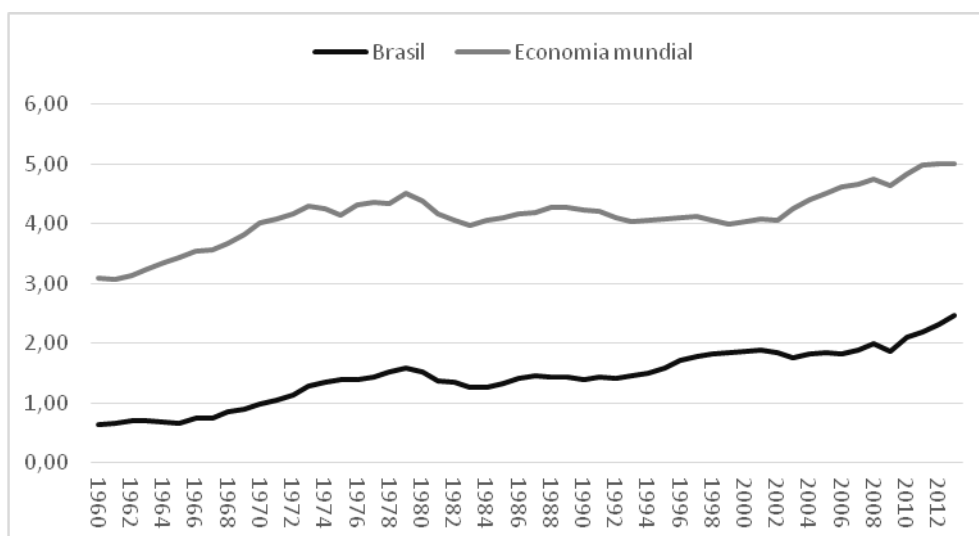
Gráfico 3: Consumo de quilowatts per capita



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco mundial <
<https://data.worldbank.org/indicador/EG.USE.ELEC.KH.PC?view=chart>>.

Até aqui vimos a relação entre o crédito e o consumo, na qual o primeiro auxilia na manutenção e crescimento do segundo. O consumo, por sua vez, acarreta danos ao planeta. Falamos no início da seção que o constante estímulo ao consumo atende ao objetivo de crescimento econômico ilimitado, o qual prejudica o planeta (Harvey, 2016). O planeta sofre pela extração excessiva de seus recursos, pelo uso inadequado de seus elementos e pela poluição (Harvey, 2016). O gráfico 4 retrata a emissão de toneladas per capita de gás carbônico (CO₂).

Gráfico 4: Emissão de CO₂ (toneladas per capita)



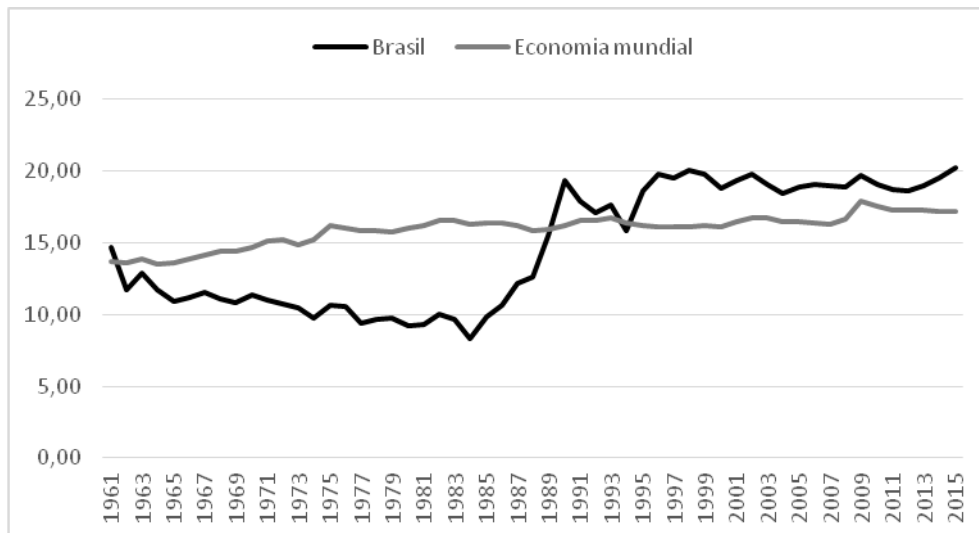
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco mundial <
<https://data.worldbank.org/indicador/EN.ATM.CO2E.PC?view=chart>>.

O Brasil e a economia mundial tiveram aumentos na emissão desse gás. O crescimento econômico ilimitado exige maior produção (Harvey, 2016). Maior produção que deve ser absorvida por maior consumo, o que carrega o elemento de desperdício (Hobsbawn, 1995; Bauman, 2008). Por fim, como afirmava Marx (1968, p. 172), “o interminável processo de obter lucros” exige uma constante busca pela redução dos custos, a qual não é encontrada poluindo menos, pelo contrário (Harvey, 2016).

Destarte, podemos relacionar maior nível de consumo com maior patamar de poluição. A emissão de gás carbônico é apenas uma das possíveis poluições existentes. Temos poluição no ar, na água e no solo, com diferentes compostos químicos sendo lançados contra a natureza (Harvey, 2016). Como apontou Hobsbawn (1995), há uma crise ambiental se formando, embora os seus efeitos provavelmente só serão sentidos pelas próximas gerações, as quais não participam desse debate.

Vimos na seção anterior que o desenvolvimento do capitalismo enfraquece as relações sociais; tendemos a perder o senso do coletivo em prol do individualismo (Harvey, 2016). Segundo Gorz (1983), o surgimento do Estado-providência é uma maneira de mitigar esse traço. O Estado que fornece proteção social para sua população apresenta a contrapartida de maior gasto público. O gráfico 5 confirma esse ponto.

Gráfico 5: Consumo do governo/PIB (em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco mundial <
<https://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.GOV.T.ZS?view=chart>>.

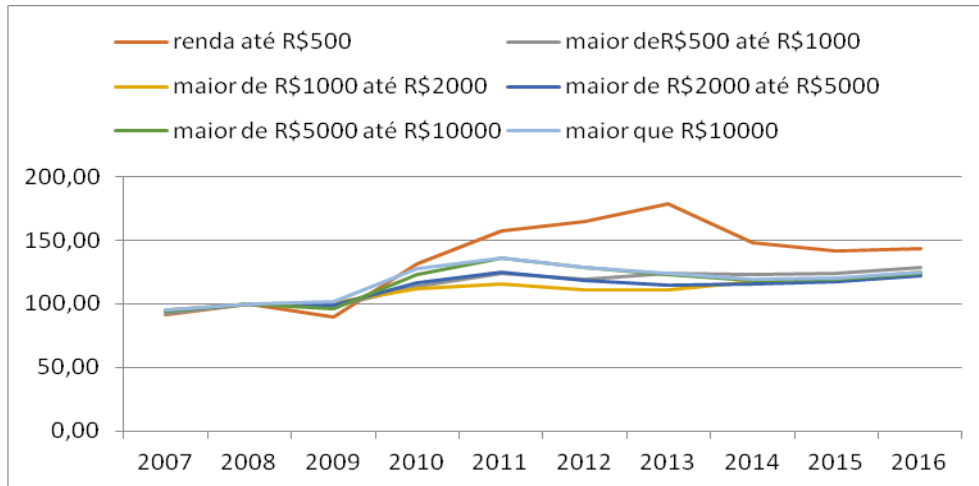
Em conformidade com Gorz (1983), a economia mundial e o Brasil apresentaram avanço do tamanho do Estado. Todavia, se o Estado-providência surgiu para compensar o

enfraquecimento das instituições sociais, a possível reversão desse instrumento merece maior atenção. Em particular, pelo gráfico 5 percebe-se que o Brasil teve um forte avanço do gasto público nos anos 80. Esse aumento é uma quebra estrutural na série, pois a partir dessa década o gasto permanece em patamar superior às décadas passadas. Fatores como a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento da necessidade de políticas públicas para combater desigualdades sociais e econômicas ajudam a explicar esse avanço (Gentil e Maringoni, 2008; Pochmann; 2010).

Mas atualmente a economia brasileira tem sofrido uma inflexão no entendimento do gasto público enquanto forma de combater mazelas sociais (por exemplo, a emenda constitucional 95, que limita o gasto primário). O governo de Michel Temer tem defendido reformas que priorizam a redução do gasto em áreas sociais, como a educação, a saúde e a segurança, a chamada despesa primária. Concomitantemente, o gasto com pagamento de juros da dívida pública não é questionado. Não entrando em maiores detalhes nessa questão, nosso ponto é que o Brasil pode presenciar um recuo do Estado de Bem Estar Social, e que isso trará consequências para a sociedade, uma vez que, como afirmado por Gorz (1983), o Estado é um instrumento de coesão social.

A desigualdade social e econômica do Brasil guarda consequências nocivas para sua população. Contextualizando com nossa pesquisa, a qual tem relacionado o volume de crédito com o consumismo, o gráfico 6 mostra que a faixa de renda que mais se endivida é a mais baixa. Não é uma surpresa observar esse dado, uma vez que o crédito tem a função de permitir que as famílias não restrinjam o seu consumo com o salário obtido. E ao mesmo tempo esses indivíduos sofrem pressão social para realizar maior consumo (Bauman, 2008).

Gráfico 6: Crédito por faixa de renda

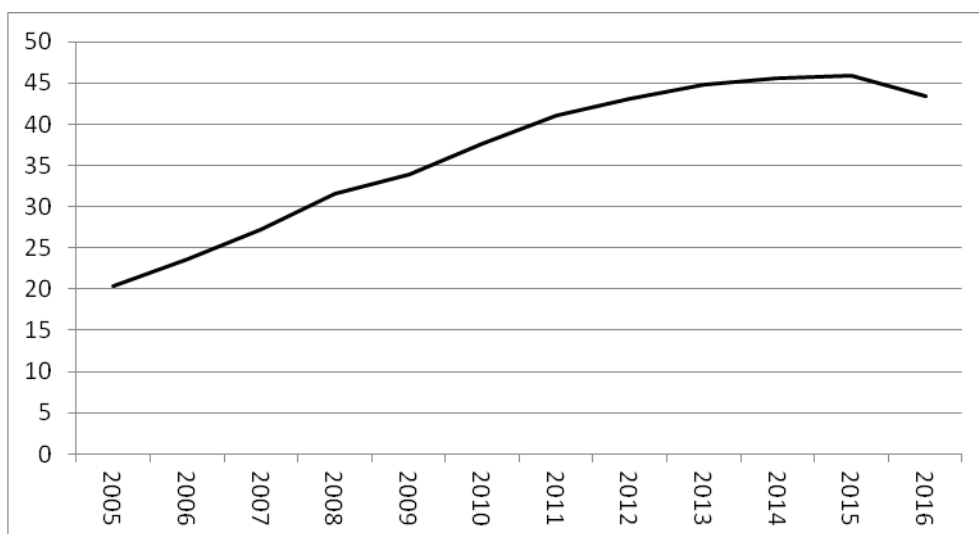


Fonte: Elaboração própria com dados do Serasa < <https://www.serasaexperian.com.br/amplie-seus-conhecimentos/indicadores-economicos>>.

Nota: 2008 = 100;

Baixo salário e aumento do uso do crédito tem a consequência de maior endividamento (gráfico 7). No gráfico 7, o endividamento é a proporção da renda destinada ao pagamento de dívidas (em relação à renda acumulado nos últimos 12 meses, em porcentagem) junto ao sistema financeiro. A série cresce significativamente em um curto período de tempo. O endividamento termina em aproximadamente 45%, ou seja, quase metade da renda das famílias é destinada ao pagamento de dívidas. É a expropriação financeira na economia brasileira. Transferência de mais-valia para o setor financeiro.

Gráfico 7: Endividamento (renda destinada ao pagamento de dívidas em proporção com a renda acumulada nos últimos 12 meses, em porcentagem)

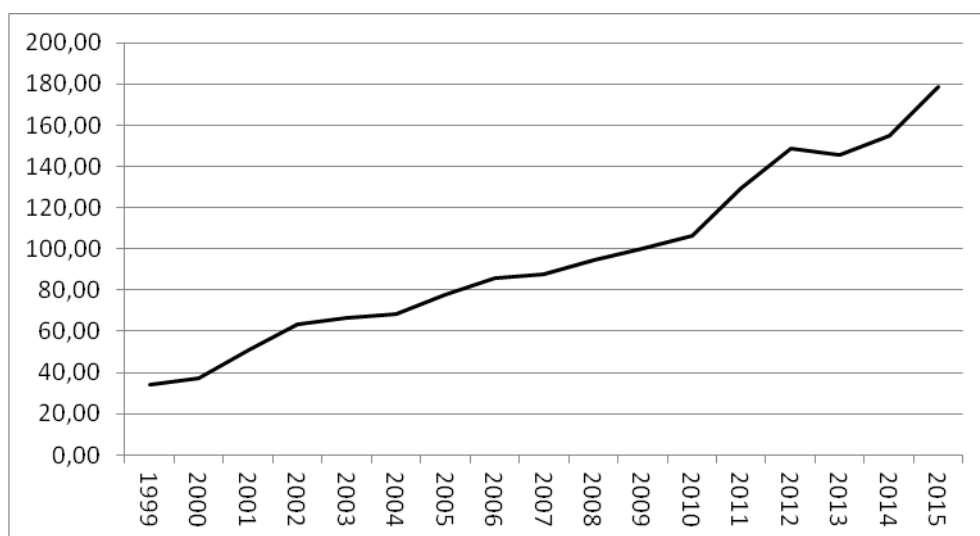


Fonte: Elaboração própria com dados do Banco central do Brasil <

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>

Por fim, o gráfico 8 exibe a inadimplência dos consumidores, que tem crescido gradativamente. Bauman (2008) denota que o consumismo é relacionado com maior crédito, redução da poupança privada e maior endividamento. Todas essas características são vistas na economia brasileira. O gráfico 8 aprofunda a análise ao incorporar o nível de inadimplência dos consumidores.

Gráfico 8: Nível de inadimplência dos consumidores (proporção dos consumidores que não honraram dívidas com empresas, em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com dados do Serasa <https://www.serasaexperian.com.br/amplie-seus-conhecimentos/indicadores-economicos>.

Nota: 2009 = 100

Chegando ao final dessa seção, podemos fazer breves conclusões. O consumo contemporâneo é apoiado pelo maior volume de crédito, relação vista na literatura (seção 2) e pelos gráficos 1 e 2. O maior nível de consumo acarreta em danos para o planeta, tanto pelo maior consumo de energia elétrica e emissão de gás carbônico (gráficos 3 e 4), embora outras formas de poluição existam, mas que não foram retratadas nessa seção. A fragilização das relações sociais em um mundo cada vez mais individualista e impessoal é mitigada pelo Estado-providência. O gráfico 5 retratou o aumento do gasto público, ainda que, no caso brasileiro, possamos testemunhar uma reversão do papel do Estado como agente social.

Relacionamos a desigualdade econômica brasileira com o tema do artigo, e percebemos que a faixa de renda mais pobre é a que mais tem tomado crédito (gráfico 6). Essa faixa é a que obtém a menor remuneração, por isso, tenta realizar o consumo com base no endividamento (gráfico 7). Baixa remuneração e elevado endividamento, por sua

vez, acarretam em maior inadimplência (gráfico 8). A expropriação financeira apontada por Lapavistas (2009) é vista também no Brasil.

Em suma, essa seção confirmou relações descritas na seção 2, que são vistas, em geral, no Brasil e na economia mundial – o que sugere o caráter universal do consumismo. Aprofundamos a análise ao adicionar a variável desigualdade de renda no caso brasileiro. Os resultados seguiram o padrão visto. O crédito cresceu para sustentar o maior nível de consumo, ainda que fragilizando a situação financeira das famílias.

4. Consumo nos modelos econômicos

Essa seção mostrará a evolução dos principais modelos de crescimento econômico do *mainstream*. Veremos que em todos a satisfação dos indivíduos é relacionada preponderantemente com o consumo⁵; isto é, quanto maior o consumo, maior a satisfação individual. Defenderemos que essa estreita relação entre consumo e satisfação ajuda a enraizar a ideia de que é exclusivamente por meio do consumo que podemos melhorar o bem estar geral. Por conseguinte, esse pressuposto reforça e justifica o consumismo contemporâneo. Essa proposição ignora outros fatores que fazem com que nossas vidas sejam plenas enquanto as reduzindo ao mero ato de consumir. Por fim, dado o espaço limitado que temos para desenvolvermos completamente os modelos, focaremos apenas nas equações e variáveis que relacionam o nível de satisfação das famílias com o consumo. Não nos deteremos nos pormenores desses modelos.

Um dos modelos de maior notoriedade é o modelo de Solow (1956), o qual passou a ser referência no tópico crescimento econômico. Em manuais de crescimento econômico *mainstream*, como é o caso de Jones e Vollarth (2015) – para cursos de graduação - e Romer (2012) – para cursos de pós-graduação -, esse é o primeiro modelo a ser apresentado. O modelo de Solow possui duas equações principais. A primeira é a função de produção:

$$Y = K^{\alpha}(AL)^{1-\alpha} \quad (1)$$

Essa equação mostra que o produto (Y) depende da quantidade de capital (K), tecnologia (A) e trabalho (L). Para quaisquer fatores citados, quanto maior o nível deles maior será o crescimento do produto. A segunda equação denota a acumulação de capital:

⁵ A apresentação dos modelos visa mostrar a justificativa da Ciência Econômica em relação à busca do aumento do consumo. Esses modelos embasam o pensamento e a formulação de políticas econômicas. Todo esse quadro está circunscrito, ainda que de forma implícita, nas discussões das seções 2 e 3.

$$\dot{K} = sY - (n + g + d)K \quad (2)$$

Para nosso interesse, o termo s denota a taxa de poupança. Quanto maior a taxa de poupança, maior será o investimento e, conseqüentemente, maior o crescimento. Uma das hipóteses desse modelo é que os indivíduos fazem somente duas coisas: poupam e/ou consomem.

Uma das limitações do trabalho de Solow (1956) é que ele não modelou a satisfação dos consumidores. Ele apenas mostra que, em geral, quanto maior a produção da economia, maior tenderá a ser o consumo. Há o argumento implícito de que para aumentar o bem estar geral, o planejador deveria priorizar o crescimento ilimitado do produto, pois uma maior renda habilitaria maior consumo pela população. Não é o objetivo principal dessa seção, mas vê-se que o crescimento econômico ilimitado também é defendido nos modelos de crescimento.

O nível de satisfação da população é analisado no modelo de horizonte infinito, construído por Ramsey (1928), Cass (1965) e Koopmans (1965). Doravante, a satisfação das famílias será chamada de utilidade – termo usado na Ciência Econômica para ilustrar o nível de bem estar geral. A função utilidade é a seguinte:

$$U = \int_{t=0}^{\infty} e^{-\rho t} u(C(t))^{1-\theta} dt \quad (3)$$

Onde o termo $C(t)$ é o consumo ao longo do tempo. Assim, por meio da equação (3) podemos perceber a influência direta do consumo sobre a utilidade (satisfação) das famílias. Um maior nível de consumo acarreta maior nível de utilidade.

Outro termo dessa equação é a utilidade instantânea (u), a qual pode ser decomposta em:

$$u(C(t)) = C(t)^{1-\theta} / (1-\theta) \quad (4)$$

De forma similar à equação (3), essa equação denota que maior consumo propicia maior utilidade instantânea.

Vemos, portanto, que a satisfação das famílias ocorre somente por causa do consumo, desconsiderando quaisquer outros fatores que poderiam melhorar o bem estar da população.

O modelo das gerações sobrepostas é uma evolução em relação ao modelo do horizonte infinito, pois adiciona gerações familiares e trabalha com mais de um período. Foi elaborado por Diamond (1965). Nesse modelo, a utilidade depende de dois períodos: $1t$ e $2t+1$. Como ocorreu no modelo anterior, é somente o consumo o responsável pela utilidade dos indivíduos:

$$U_t = \frac{C_{1t}^{1-\theta}}{1-\theta} + \frac{1}{1+p} \frac{C_{2t+1}^{1-\theta}}{1-\theta} \quad (5)$$

Um ponto interessante desse modelo é que o consumo depende do salário auferido pelo indivíduo (w_t):

$$C_{2t+1} = (1 + r_{t+1})(w_t A_t - C_{1t}) \quad (6)$$

Desse modo, quanto maior o salário, maior será o consumo e, por consequência, maior a utilidade. Isso vai de encontro com a seção 2, a qual explicitou que em sociedades voltadas para o consumo os indivíduos tendem a trabalhar mais para poderem comprar cada vez mais. Também modela o fato de que maiores salários propiciam maior consumo, sancionando a busca incessante dos trabalhadores por maiores rendimentos, independentemente da atividade profissional.

O modelo de Romer (1990) preocupou em mostrar como o crescimento econômico poderia ser estimulado pela própria economia doméstica. Tal modelagem foi cunhada de modelos de crescimento endógeno. Apesar desse modelo representar um avanço em relação aos modelos anteriores no tocante ao entendimento do crescimento econômico, o pressuposto de que o nível de satisfação dos indivíduos depende primordialmente do consumo não foi alterado. A equação (7) elucida essa questão:

$$U = \int_{t=0}^{\infty} e^{-\rho t} \ln C(t) dt \quad (7)$$

Prosseguindo na evolução dos modelos, os modelos de ciclos reais de negócios tentam explicar as flutuações econômicas que os países apresentam. Como há uma ampla variedade desse tipo de modelo, utilizaremos um modelo padrão. Esse é apresentado por Romer (2012). A utilidade das famílias depende não somente do consumo, há o acréscimo do lazer para explicar a satisfação da população. A função utilidade é a seguinte:

$$U = \sum_{t=0}^{\infty} e^{-\rho t} u(c_t, 1 - l_t) \frac{N_t}{H} \quad (8)$$

Na qual o termo $u(c_t, 1 - l_t)$ indica que a utilidade instantânea depende do consumo (c_t) e do lazer ($1 - l_t$). Como l_t representa o trabalho, $1 - l_t$ é o lazer. A função utilidade instantânea é:

$$u_t = \ln c_t + b \ln(1 - l_t) \quad (9)$$

Nesse modelo podemos visualizar, como visto no modelo de Diamond (1965), a ligação entre salário, consumo e lazer:

$$\frac{c_t}{1 - l_t} = \frac{w_t}{b} \quad (10)$$

Na qual w_t é o salário. Observe que pela equação (10), quanto maior o salário, maior será o consumo. E de acordo com as equações (8) e (9), esse maior consumo acarretará em maior bem estar (utilidade). Ademais, o trabalho é tratado como um desprazer, pois é o lazer ($1 - l_t$) que aumenta a utilidade do indivíduo (equações 8 e 9). Trabalhar, portanto, reduz a satisfação, embora gere o benefício do salário, o qual permite a realização do consumo e, por conseguinte, aumento na utilidade.

Contextualizando com a seção 2, esse último modelo ilustra a falta de sentimento de pertencimento e realização pessoal com o trabalho, uma vez que ele reduz a utilidade. O trabalho é visto apenas como um meio para atingir um fim – maior consumo. Não há valor pessoal, satisfação, em trabalhar. De acordo com Gorz (1983, p. 103), o qual cita o trabalho de Lane para fortalecer o seu argumento:

O consumo, e o dinheiro que o permite, nota (...) Lane, “têm apenas uma frágil relação com aquilo que faz as pessoas felizes: a autonomia, a autoestima, a felicidade familiar, a ausência de conflitos na vida fora do trabalho, a amizade”. Dito de outro modo, a qualidade da vida depende da intensidade das trocas afetivas e culturais, das relações fundadas na amizade, no amor, na fraternidade, na ajuda mútua, e não da intensidade das relações mercantis.

A última geração de modelos – e a utilizada atualmente – são os modelos dinâmicos estocásticos de equilíbrio geral (DSGE). Similarmente com os modelos de ciclos reais de negócios, mostraremos um modelo padrão, dada a variedade de modelos dessa geração. Romer (2012) apresenta as seguintes equações:

$$\sum_{t=0}^{\infty} B^t [U(C_t) - V(L_t)] \quad (11)$$

$$U(C_t) = \frac{C_t^{1-\theta}}{1-\theta} \quad (12)$$

Pela equação (12) podemos ver que é o consumo o responsável pelo aumento da utilidade. Desse modo, a evolução dos modelos sustenta o pensamento de que é primordialmente por meio do consumo que podemos obter maior satisfação em nossas vidas.

Não obstante a visão limitada de bem estar na sociedade defendida pelos principais modelos de crescimento econômico, ela tende a se reproduzir, uma vez que os formuladores de políticas públicas se baseiam nesses modelos para elaborar novas políticas.

Em suma, a corrente predominante no campo da economia relaciona maior nível de consumo com maior nível de satisfação. Mesmo com alterações nos modelos ao longo do tempo, pouco foi alterado no tocante ao bem estar geral. Defende-se maior nível de consumo, o que exige crescimento econômico ilimitado e maior tempo de trabalho.

5. Conclusão

Esse artigo descreveu as metamorfoses do consumo e trabalho ao longo do tempo, enfatizando a primeira variável. Posteriormente realizamos uma análise quantitativa para verificar consequências que poderiam decorrer do consumismo. Entre o que foi visto, vale destacar o aumento do crédito para apoiar um maior nível de consumo, acarretando em maior poluição, consumo de energia elétrica e deterioração das relações sociais – o que é

mitigado pelo Estado-providência. Por fim, os principais modelos de crescimento econômico utilizados pelo *mainstream* reforçam a hipótese de que é principalmente por meio do consumo que a satisfação dos indivíduos é incrementada, omitindo, dessa forma, outras formas de satisfação como o altruísmo, reciprocidade e socialização. Sugerimos que esse tipo de modelagem tende a reproduzir a percepção de que deveríamos consumir o máximo possível para nos tornarmos seres felizes e realizados.

Possivelmente a busca de felicidade por meio do consumo continuará nas próximas décadas. Não visualizamos um fator que possa alterar de forma significativa tal tendência. Mais importante, é a negligência com os efeitos deletérios dessa dinâmica (os quais não são apontados nos modelos de crescimento apresentados na seção 4), representando, em termos sucintos, o empobrecimento humanitário dos consumidores e realçando o individualismo.

Esperamos que esse artigo possa propiciar reflexões na forma como a sociedade tem evoluído. Na forma como agimos enquanto cidadãos. Eventos atuais como a ascensão de Donald Trump como presidente dos EUA, a saída do Reino Unido da União Europeia, o sentimento de ódio – por alguns grupos - em relação ao ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e a ascensão de partidos de extrema direita são indícios de que esse tipo de sociedade pode se mostrar insustentável. Esses eventos parecem apontar para uma maior individualização em nível internacional pelas nações, seguindo a direção assinalada por autores como Bauman, Gorz e Harvey. Entretanto, esses autores descreveram a individualização em nível micro, isto é, pelos indivíduos e famílias. Os eventos citados anteriormente apontam para uma individualização entre Estados - algo já visto na história mundial, bem como os seus desdobramentos (por exemplo, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial). Podemos, enfim, testemunhar o aprofundamento do individualismo entre os Estados; algo não dissociado das consequências da construção e perpetuação de uma sociedade impessoal, consumista, individualista e competitiva.

Referências

ARRIGHI, G. **The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of our Times**. Verso, 1994.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Jorge Zahar Ed., 2008.

BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. **Depois da Queda: A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real**. Civilização Brasileira, 2002.

CASS, D. Optimum growth in a aggregative model of capital accumulation. **Review of economic studies**, vol. 32, n. 3, pag. 233-240, 1965.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Contraponto, 1994.

DIAMOND, P. National debt in a neoclassical growth model. **The american economic review**, vol. 55, n. 5, pag. 1126-1150, 1965.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo, LTC, 2014.

GENTIL, D. e MARINGONI, G. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social: Uma Disputa em Meio à Financeirização do Estado. In: VAZ, F., MUSSE, J. e SANTOS, R. (Orgs.) **20 Anos da Constituição Cidadã: Avaliação e Desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, pag. 45-54, 2008.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. AnnaBlume, 2003

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Boitempo, 2016.

HAYEK, F. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo, Visão, 1983.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JONES, C. e VOLLARTH, D. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Elsevier, 2015.

KOOPMANS, T. On the concept of optimal economic growth. In: **The economic approach to development planning**. Elsevier, 1965.

KRUGMAN, P. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Elsevier, 2009.

LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. **Historical Materialism**, vol. 17, pag. 114-148, 2009.

LAPAVITSAS, C. Theorizing Financialization. **Work, Employment and Society**, vol. 25, n. 4, pag. 611-626, 2011.

MARX, K. **O capital, livro I, volume I**. Nova Civilização, 1968.

POCHMANN, M. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serv. Soc. Soc**, n. 104, pag. 637-649, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Campus, 2000.

RAMSEY, F. P. A mathematical theory of saving. **The economic journal**, vol. 38, n. 152, p. 543-559, 1928.

ROMER, D. **Advanced macroeconomics**. McGraw-Hill Irwin, 2012.

ROMER, P. Endogenous technological change. **The journal of political economy**, vol. 98, n. 5, p. S71-S102, 1990.

SANT'ANNA, A. Mercado de Capitais: Evolução Recente e Financiamento das Empresas Brasileiras 2004-2007, In: Ferreira, R. e Meirelles, B. (Orgs.), **Ensaio Sobre Economia Financeira**, BNDES, 2009.

SOLOW, R. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, n. 1, pag. 65-94, 1956.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Livraria pioneira Editora, 1965.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Companhia das letras, 2004.

Recebido em: dezembro de 2017

Aprovado em: maio de 2018